



**IX JORNADAS PARLAMENTARES ATLÂNTICAS
AÇORES, 17 A 20 DE JUNHO DE 2018
GRUPO III - A MACARONÉSIA E AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

GRUPO III: “A Macaronésia e as alterações climáticas”:

- Gestão sustentável da água;
- Saneamento acessível a todos os cidadãos;
- Acesso a energia de forma segura e sustentável;
- Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos.

Presidente: Deputada Celita Annie Alfama Pereira (ANCV)

Relator: Deputado Carlos Costa (ALRAM)

Os quatro arquipélagos da Macaronésia reuniram, em Jornadas Parlamentares, na cidade da Horta, ilha do Faial, Açores, entre os dias 17 e 20 de junho de 2018, tendo estado presentes deputados do Parlamento das Canárias, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e da Assembleia Nacional de Cabo Verde.

A 9ª edição das Jornadas Parlamentares Atlânticas, acontece 2 semanas após a realização da II Cimeira dos Arquipélagos da Macaronésia, que reuniu na ilha de São Miguel, nos Açores, os Presidentes dos Governos de Cabo Verde, Canárias, Madeira e Açores, em que foram emanadas importantes medidas tendentes à aproximação dos arquipélagos e ao reforço do papel estratégico da Região da Macaronésia no Atlântico Médio.

Realça-se, a esse propósito, a importância conferida à Economia do Mar e à criação de um Observatório para as Alterações Climáticas, tema que nos foi incumbido desenvolver no âmbito das IX Jornadas Parlamentares Atlânticas.

A problemática das alterações climáticas globais é já um assunto de elevada importância nos mais variados fóruns e debates da atualidade. Trata-se de uma preocupação e de um desafio permanente para a Humanidade e para as Países, sobretudo para os pequenos territórios insulares, como os arquipélagos da Macaronésia.

Os arquipélagos dos Açores, das Canárias, da Madeira e de Cabo Verde são constituídos por 28 ilhas habitadas, ocupando uma área de aproximadamente 14.500 km² e cerca de 3 milhões de

habitantes. São, hoje, importantes destinos turísticos no Atlântico, recebendo cerca de 20 milhões de visitantes por ano.

Podemos afirmar que se está a ganhar entre os decisores políticos, comunidade científica e sociedade em geral dos nossos arquipélagos, uma consciência coletiva sobre a Macaronésia, atendendo às inegáveis afinidades históricas, geográficas e ao nível da biodiversidade, só para referir alguns. Acima de tudo, são territórios que têm pela frente desafios comuns a enfrentar como é, efetivamente, a problemática das alterações climáticas em contexto insular.

A política é uma questão de atitude. Precisamos orientar as nossas decisões e as atitudes dos nossos cidadãos, das nossas empresas, organizações e entidades coletivas, para a promoção de uma consciência comum a favor do futuro do planeta Terra, que deverá ser progressiva e acompanhada de uma nova e consentânea postura comportamental. Mais do que uma previsão, o futuro é uma construção permanente. É nossa obrigação contribuir para a defesa do ambiente, através de um debate profundo e constante, mas também através de medidas de âmbito nacional e internacional.

Os desafios que se colocam ao nível do ambiente, preservação da biodiversidade, gestão e uso da água, saneamento, conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos, devem ser enfrentados à escala regional e global. O nosso compromisso perante importantes acordos internacionais, como o Protocolo de Quioto ou Acordo de Paris, assim como ao nível das medidas nacionais de proteção do ambiente e que se destinam a travar o aquecimento global, deve ser firme e inabalável.

Os arquipélagos da Macaronésia comportam, em si, vulnerabilidades geográficas e ambientais, que implicam uma vontade política inequívoca por parte dos nossos Parlamentos e Governos numa ação sem precedentes, ao nível da resposta e definição de políticas face às alterações climáticas. Acreditamos que a vontade expressa pelos líderes dos quatro Governos na recente Cimeira das Furnas, ilha de São Miguel, é um sinal muito positivo para enfrentar esse desafio no futuro.

Efetivamente, trataram-se de iniciativas claras e necessárias, visando a formalização de políticas em termos de gestão do Mar da Macaronésia, no desenvolvimento operacional do AIRCENTER, a criação de sinergias com a iniciativa da União Europeia, o desenvolvimento de projetos como Clean Energy for Islands e a

criação do Observatório das Alterações Climáticas da Macaronésia, que nós, enquanto parlamentares da mesma subscrevemos na íntegra. São medidas reveladoras da atenção e da importância que os respetivos Governos atribuem às questões climáticas.

Essas preocupações estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 e dão particular atenção às questões da água, saneamento, energia, oceanos, mares e recursos marinhos. Esses Objetivos visam, sobretudo, orientar as políticas nacionais e a atividade de cooperação internacional.

Assim, tal, como foi reconhecido na recente Cimeira dos Arquipélagos da Macaronésia realizada nos Açores, a nossa posição geográfica deve ser encarada como um ativo estratégico para a segurança marítima, para a proteção da biodiversidade e para a adaptação às alterações climáticas, assim como, na projeção dos nossos territórios na relação entre os Continentes Africano, Americano e Europeu. É, igualmente, importante o papel da Região da Macaronésia para a defesa e afirmação dos interesses e da União Europeia e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) no importante corredor do Atlântico.

Há, incontornavelmente, espaço para o diálogo, concertação e cooperação entre os nossos arquipélagos, que devem contar com o apoio de instrumentos financeiros importantes da União Europeia, de modo a ser possível garantir um maior controlo dos nossos mares, dos nossos recursos marinhos, na proteção da nossa zona costeira e no reforço das nossas competências ao nível no quadro da segurança de todo o Atlântico Médio, afirmando-se de forma consistente e definitiva como plataforma de aproximação entre os Continentes Africano, Europeu e Americano.

Devemos desenvolver políticas que garantam que os nossos arquipélagos se constituam espaços saudáveis para viver com qualidade. As ameaças para territórios insulares, fruto do aquecimento global são constantes, reais e conhecidas: o degelo das calotes polares, o aumento do nível médio da água do mar, a maior frequência e intensidade das tempestades, a erosão costeira, a intrusão salina, a desertificação, os desequilíbrios a nível da biodiversidade, com o aparecimento de espécies invasoras e o sobrepovoamento das cidades, com impactes negativos ao nível na gestão da água, saneamento, produção de resíduos e ocupação dos solos, sem esquecer o impacte das variações térmicas excessivas, com o conseqüente aparecimento e propagação de doenças tropicais.

A importância geoestratégica da Região da Macaronésia dependerá, largamente, da forma como os arquipélagos, individual e coletivamente, souberem tratar do ambiente e dos recursos naturais. É necessário consciencializarmo-nos para a necessidade de incutirmos mudanças profundas nos nossos hábitos quotidianos, sob pena de comprometermos a qualidade de vida das gerações vindouras.

É urgente e inadiável a adoção de políticas integradas no domínio do ambiente, em todas as suas dimensões.

Assim sendo, atendendo aos pressupostos apresentados, consideramos importante reiterar a necessidade de se implementarem as ações e medidas indicadas em edições anteriores das Jornadas Parlamentares Atlânticas, bem como de propor novas medidas ou ações, nomeadamente:

- Criar um Comité para as Alterações Climáticas no âmbito dos arquipélagos da Macaronésia;
- Pugnar pelo reforço de incentivos à inclusão de tecnologias que reforcem a captação, retenção e reutilização de água, para fazer

face a situações de seca, assim como para salvaguarda e melhoria da qualidade de águas interiores;

- Reivindicar junto da União Europeia, pelo incremento de incentivos à gestão de resíduos em ilhas oceânicas, para fins de modernização dos respetivos sistemas de gestão, promovendo a redução, reutilização e reciclagem de resíduos, assegurando o transporte marítimo dos mesmos para tratamento em outras ilhas ou para território continental, assim como para a instalação de unidades de valorização de resíduos;

- Criar mecanismos que reforcem a reutilização de materiais, de modo a minimizar-se a utilização de produtos e embalagens de plástico;

- Recomendar à Comunidade Europeia para que sejam implementados apoios a projetos de investigação e desenvolvimento relativos à autonomia e portabilidade dos veículos elétricos;

- Incrementar mecanismos de apoio destinados à instalação de sistemas alternativos de produção e armazenamento de energia e instalação de postos de abastecimento de veículos elétricos;

- Recomendar a criação de incentivos fiscais para a aquisição de veículos elétricos;
- Reforçar medidas de investimento conducentes à minimização de processos de erosão costeira, de forma a promover a proteção das populações residentes em zonas ribeirinhas;
- Pugar, junto da União Europeia, pelo reforço de incentivos à implementação de medidas de controlo e erradicação de espécies infestantes em áreas protegidas;
- Realizar parcerias entre os arquipélagos da Macaronésia para a criação de Bancos de Sementes e Plantas;
- Implementar Planos de Ordenamento e Gestão Florestal, assegurando estratégias para a melhoria das condições mitigadoras das alterações climáticas;

«Estamos a destruir o planeta e o egoísmo de cada geração não se preocupa em perguntar como é que vão viver os que virão depois. A única coisa que importa é o triunfo do agora. É a isto que eu chamo a «cegueira da razão».

- José Saramago

Açores, 19 de junho de 2018

Celita Alfama Pereira



Cabo Verde - Presidente

Carlos Costa



Madeira - Relator

Bárbara Chaves



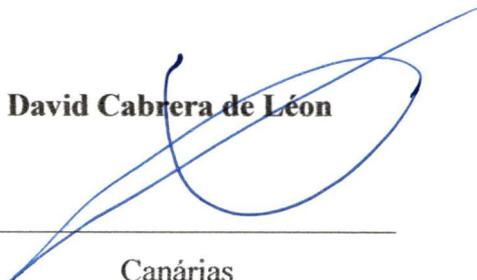
Açores

Alonso Miguel



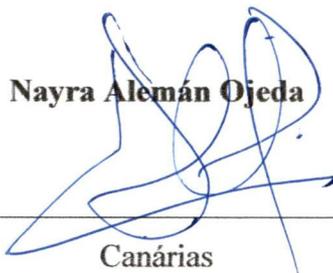
Açores

David Cabrera de León



Canárias

Nayra Alemán Ojeda



Canárias

Jesus Ramón Ramos China



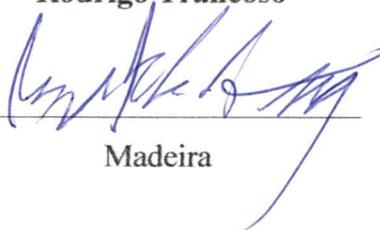
Canárias

José Prada



Madeira

Rodrigo Trancoso



Madeira